



#### **Eleições Legislativas em Angola:**

Angola realizou eleições legislativas no dia 5 de Setembro. O país caminhou para este acto envolto num clima de grande optimismo, não só pelo clima de paz existente, mas também pelo forte crescimento económico e recuperação em curso. [pag. 2](#)

#### **Portugal Perdoa Dívida a Moçambique**

No âmbito da iniciativa de alívio da pobreza aos países altamente endividados (HIPC) do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), Portugal concedeu, a 1 de Julho, o perdão total da dívida de Moçambique orçada em 393,4 MUSD. O acordo entre os dois países, fez parte de um conjunto de quatro acordos assinados. [pag. 4](#)

#### **A CPLP e a Língua Portuguesa**

Decorreu a 25 de Julho em Lisboa a VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. A CPLP é uma organização que foi fundada a 17 de Julho de 1996 em Lisboa por sete estados, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal e São Tomé e Príncipe. A estes membros juntou-se Timor-Leste após a sua independência. A CPLP representa 239 milhões de pessoas repartidas por quatro continentes: Europa, América, África e Ásia. [pag. 6](#)

#### **A União Africana e a Crise no Zimbábue**

Subordinada ao tema da Água e Saneamento, realizou-se em Junho a XI Cimeira da União Africana (UA) que teve lugar em Sharm-el-Sheik, no Egipto. Tendo em atenção as metas propostas no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em matéria de água e saneamento, e os relatórios de progresso apresentados, a Cimeira concluiu que a maioria dos países africanos não alcançará os objectivos propostos. [pag. 8](#)

#### **O Conflito no Delta do Níger**

Entre os vários problemas que o actual governo nigeriano enfrenta, destaca-se, pela sua gravidade, o conflito na região do delta do Níger. Composta por nove estados, esta região é a grande produtora de petróleo do país. A Nigéria é um dos grandes produtores mundiais de petróleo, e, durante muito tempo, o principal produtor africano. O facto de ter diminuído a produção nigeriana, fez com que Angola assumisse a liderança em termos africanos. [pag. 9](#)

#### **O Regresso de Koumba Yalá**

O antigo Presidente da Guiné-Bissau, Koumba Yalá regressou em ao seu país após o exílio de vários anos em Marrocos. Yalá pretende, com o seu regresso, ajudar o seu partido, o Partido Renovador Social (PRS) a vencer as eleições legislativas de 16 de Novembro. [pag. 11](#)

#### **Cabo Verde Adere à Organização Mundial do Comércio**

Após um processo que se iniciou há nove anos, Cabo Verde aderiu em Julho à Organização Mundial do Comércio (OMC), transformando-se no 153º membro desta Organização. O processo negocial iniciou-se em 1999, após o pedido formal de adesão, tendo sido criado um grupo de trabalho para acompanhar as negociações com a OMC. [pag. 12](#)



## Eleições Legislativas em Angola

■ Luís Castelo Branco

Após 16 anos sem eleições, Angola realizou eleições legislativas no dia 5 de Setembro. O país caminhou para este acto envolto num clima de grande optimismo, não só pelo clima de paz existente, mas também pelo forte crescimento económico e recuperação em curso.

Com o fim da Guerra Civil em 2002, Angola entrou num processo de rápido crescimento económico que lhe tem permitido afirmar-se, já não só como actor regional, mas cada vez mais como actor continental. A recuperação em curso é bem visível ao nível das infra-estruturas rodoviárias, com inúmeras obras a decorrerem em todo o país, as quais, uma vez prontas, servirão para potencializar ainda mais o crescimento do país.

Apesar de inicialmente terem surgido cerca de 40 formações políticas com intenção de concorrerem às eleições, no acto da formalização das candidaturas, apenas 14 partidos e coligações o fizeram.

A campanha eleitoral demonstrou que apenas duas forças políticas, Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), tinham capacidade para desenvolver uma campanha nacional. As outras formações políticas, apenas tiveram capacidade para se fazerem ouvir em algumas zonas de apoio tradicional, como foi o caso da província do Zaire para a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e das províncias da Lunda Sul e Lunda -Norte para o Partido de renovação Social (PRS). Outras formações acabaram por quase não existir durante a campanha.

Durante a campanha, o MPLA e a UNITA, esforçaram-se para apresentar realidades bem distintas sobre Angola.

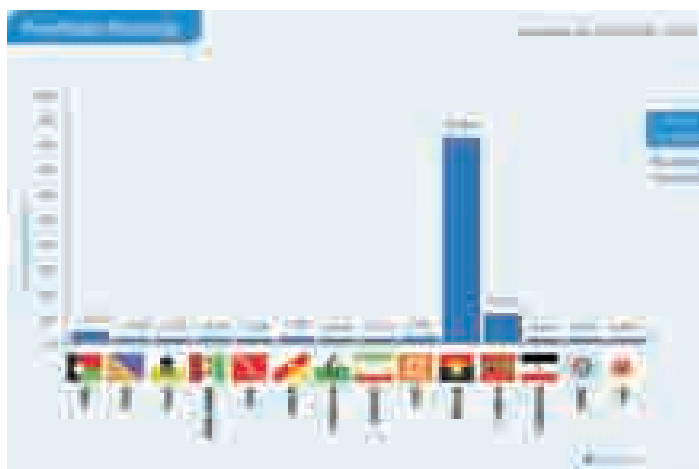
A campanha do MPLA apostou numa imagem positiva e de esperança do país, apoiando-se no enorme esforço de reconstrução que atravessa o país. As elevadas taxas de crescimento da economia, com o PIB a crescer, entre 2003 e 2007, à volta dos 15%, e a diminuição do desemprego, que passou de 45% na década de 90 para 25% em 2006, foram argumentos utilizados para convencer os eleitores<sup>1</sup>.

O MPLA apresentou a estabilidade macroeconómica como um dos grandes sucessos da sua governação, com as exportações petrolíferas,

apoiadas na produção diária de 2 milhões de barris, a ajudarem à saúde financeira das contas nacionais. Uma das grandes promessas eleitorais do MPLA foi a de fornecer água potável a todo o país até 2012. Esta é uma ambiciosa meta se tivermos em conta que, segundo as estatísticas oficiais, apenas 38% da população tem, hoje em dia, acesso a água potável. No entanto, a enorme capacidade hídrica de Angola, fruto da existência de 47 bacias hidrográficas, associadas à capacidade financeira do Estado angolano, torna este objectivo mais realista.

A UNITA apresentou um cenário contrário. Apesar do crescimento económico que se verifica, a UNITA argumentou com os baixos indicadores sociais que o país apresenta, acusando o governo de apenas fazer obras de fachada. Referiu o enorme desequilíbrio social e económico, com 90% da riqueza nacional concentrada em 0,1% da população. A má distribuição da riqueza e as acusações de corrupção, foram outros argumentos utilizados pela UNITA para apelar à necessidade de uma mudança de governo. O governo também foi acusado de ser incapaz de resolver os desequilíbrios demográficos que se registam no país, com 76% da população a viver em 27% do território<sup>2</sup>.

Apesar de alguns problemas logísticos registados em Luanda, o que obrigou ao prolongamento da votação por mais um dia, o processo eleitoral decorreu com normalidade no resto do país. Mesmo os problemas verificados em Luanda, não foram susceptíveis de levantar dúvidas sobre a justiça do processo. As diversas Missões de Observação Internacionais e Nacionais presentes no país, referiram precisamente essa posição.



Fonte: Comissão Nacional Eleitoral de Angola

<sup>1</sup> Movimento Popular de Libertação de Angola: **Programa de Governo para o Quadriénio 2009-2012.**

<sup>2</sup> União Nacional para a Independência Total de Angola: **Programa da Mudança 2008-2012.**

Conhecidos os resultados, o MPLA venceu com uma vitória esmagadora, cerca de 81,64%, o que representa 5.226.216 votos, deixando o segundo partido mais votado, a UNITA com 10,39%, correspondendo a 670.363 votos, a uma enorme distância<sup>3</sup>. Com esta vitória, o MPLA para além de poder governar sozinho, pode alterar, sem necessidade de negociar com os outros partidos, a Constituição.

O PRS aparece no terceiro lugar com 204.746 votos (3,17%), conservado assim o seu estatuto de terceira força política na Assembleia Nacional, tal como sucedeu nas eleições de 1992. Na província da Lunda-Sul, o PRS conseguiu inclusive alcançar o segundo lugar aproximando-se com a sua votação, (41,74%) do MPLA que obteve nesta província o seu resultado mais baixo, 50,54% dos votos.

A formação política revelação destas eleições foi a Nova Democracia (ND), uma coligação de seis pequenos partidos recém-criados e até aqui quase desconhecidos do público mas que conseguiu suplantar, surpreendentemente, partidos mais antigos incluindo a histórica FNLA, a qual apenas conseguiu alguma expressão eleitoral na província do Zaire, com 16,51% dos votos.

Da quarta posição detida desde as legislativas de 1992, a FNLA ficou agora confinada ao quinto lugar com 71.416 (1,11%), deixando-se assim substituir pela ND, que obteve 77.141 (1,20%) muito acima de várias formações políticas que já detinham assentos parlamentares<sup>4</sup>. De realçar ainda a elevada taxa de participação eleitoral, tendo votado 7.213.246 eleitores dos 8.256.584 registados, o que representa uma taxa de participação da ordem dos 87,36%.

Face aos problemas registados em Luanda, a oposição, especialmente a UNITA, ponderou a hipótese de contestar a validade da eleição. Segundo a UNITA, os atrasos no transporte do material, a ausência de listas eleitorais e a falta de boletins de voto em algumas zonas, eram razões suficientes para pedir a repetição do acto, nomeadamente em Luanda. Porém, poucos dias depois, o líder da UNITA, Isaías Samakuva,

reconheceu a derrota do seu partido nas legislativas de 5 de Setembro.

Na nova Assembleia Nacional angolana ficou bem patente o enorme domínio eleitoral do MPLA, o qual detém 191 dos 220 deputados. A UNITA tem agora apenas 16 deputados, enquanto antes detinha 70. Esta diminuição implicará uma forte diminuição das verbas que o partido recebia do Orçamento Geral do Estado. Esta profunda derrota da UNITA faz com que surjam cenários de uma alteração da liderança deste partido, sendo que Abel Chivukuvuku, que perdeu a corrida à liderança para Isaías Samakuva, apareça como uma eventual alternativa.

Para além do MPLA e da UNITA, vão estar representados no parlamento angolano mais três partidos: O PRS com 8 deputados, a FNLA com três e a ND com dois.



<sup>3</sup> Comissão Nacional Eleitoral de Angola.

<sup>4</sup> Comissão Eleitoral confirma vitória do MPLA em Angola, in Panafrica News Agency, 10/09/2008. <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por017178&dte=10/09/2008>



## Lista dos Deputados Eleitos nas Eleições Legislativas

### I – BONGO

- 1 Jorge Inocêncio Dombolo – MPLA
- 2 Adão Cristóvão Neto – MPLA
- 3 Elvira Peregrina de Jesus Van-Dúnem – MPLA
- 4 Maria José – MPLA
- 5 José Francisco Tingão Pedro – MPLA

### II – BENGUELA

- 6 Jeremias Dumbo – MPLA
- 7 Eduarda Maria Nicolau Silvestre Magalhães – MPLA
- 8 Dumilde das Chagas Simões Rangel – MPLA
- 9 Filipe Domingos – MPLA
- 10 Anabela Trindade Jordão da Silva – MPLA

### III – BIÉ

- 11 Joaquim Wanga – MPLA
- 12 José Amaro Tati – MPLA
- 13 Inês Baca Cassule Camela – MPLA
- 14 Sabina Napoli – MPLA
- 15 Manuel Savihemba – UNITA

### IV – CABINDA

- 16 José Anibal Lopes Rocha – MPLA
- 17 José Mangovo Tomé – MPLA
- 18 Marta Beatriz do Carmo Issungo – MPLA
- 19 Afonso Maria Vaba – MPLA
- 20 Raul Manuel Danda – UNITA

### V – CUANDO CUBANGO

- 21 João Fernando Mucanda – MPLA
- 22 Armando Dala – MPLA
- 23 Sara Luísa Mateus – MPLA
- 24 Meneses Clemente Cambinda – MPLA
- 25 Maria Isabel – MPLA

### VI – CUANZA-NORTE

- 26 Daniel António – MPLA
- 27 Henrique André Júnior – MPLA
- 28 Maria Sebastião Inácio Jerónimo – MPLA
- 29 Suzana Pereira Bravo – MPLA
- 30 Simão Geremias Boa Carroba – MPLA

### VI – CUANZA-SUL

- 31 Serafim Maria do Prado – MPLA
- 32 Maria Eulália Andrade Camilo – MPLA
- 33 José Augusto – MPLA
- 34 Rosária Ernesto da Silva – MPLA
- 35 Manuel Pedro de Oliveira – MPLA

### VIII – CUNENE

- 36 Pedro Mutindi – MPLA
- 37 Elias Satyohamba – MPLA
- 38 Albertina Teresa José – MPLA
- 39 Josefina Pandeinge Haleinge – MPLA
- 40 José Mário Katiti – MPLA

### IX – HUAMBO

- 41 Paulo Gime – MPLA
- 42 Maria da Conceição Wimbo Pinto – MPLA
- 43 Agostinho Ndjaka – MPLA
- 44 Edite Livila V. L. Manuel – MPLA
- 45 Domingos Paulino Dembele – MPLA

### X – HUÍLA

- 46 João Marcelino Tchippingue – MPLA
- 47 Isabel Helena da Costa Dala – MPLA
- 48 Alfredo Berner – MPLA
- 49 Ágata Maria Florinda Mbaka Raimundo – MPLA
- 50 Desidério da Graça Mpingue Kalenga Wapota – MPLA

### XI – LUANDA

- 51 Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento – MPLA

- 52 Adriano Mendes de Carvalho – MPLA
- 53 Maria Carolina Manuel Fiel Maria Fortes – MPLA
- 54 Júlio Marcelino Vieira Bessa – MPLA
- 55 Mariana Paulo André Afonso – MPLA

### XII – LUNDA-NORTE

- 56 Ernesto Muangala – MPLA
- 57 José Miudo – MPLA
- 58 Sónia Moisés Nele – MPLA
- 59 Guilherme Cango – MPLA
- 60 Raul José de Barcelos – PRS

### XIII – LUNDA-SUL

- 61 Maria de Fátima Munhica António – MPLA
- 62 Cassongo João da Cruz – MPLA
- 63 António Sambuquila – MPLA
- 64 Fernando Jonasse – PRS
- 65 Tito Chimona – PRS

### XIV – MALANGE

- 66 Cristóvão Domingos Francisco da Cunha – MPLA
- 67 Felisbina Bento dos Santos – MPLA
- 68 Ana Maria Manuel João Taveira – MPLA
- 69 Manuel Lourenço Rocha da Silva – MPLA
- 70 Monteiro Pinto Kapunga – MPLA

### XV – MOXICO

- 71 Leonora Mbimbi de Morais – MPLA
- 72 Adriana Sofia Cacuassa Bento – MPLA
- 73 Valeriano Chimo Cassaué – MPLA
- 74 Víctor Pedro – MPLA
- 75 Carlos Francisco Conde – MPLA

### XVI – NAMIBE

- 76 Álvaro Manuel de Boavida Neto – MPLA
- 77 Carolina Cristina Elias – MPLA
- 78 João Muatonguela – MPLA
- 79 Delfina Helena Inácio – MPLA
- 80 Sabonete Muancopotola – MPLA

### XVII – UIGE

- 81 Pedro Diavova – MPLA
- 82 Catarina Pedro Domingos – MPLA
- 83 Júlio Tungo – MPLA
- 84 Albertina Cuingingomoco Muxindo – MPLA
- 85 Panzo Joaquim – MPLA

### XVIII – ZAIRE

- 86 Pedro Sebastião – MPLA
- 87 Lúcia Maria Tomás – MPLA
- 88 Isabel Nlandu Morena – MPLA
- 89 Garcia Vieira – MPLA
- 90 Carlito Roberto – FNLA

### CÍRCULO NACIONAL

#### MPLA

- 91 José Eduardo dos Santos
- 92 Luzia Pereira de Sousa Inglêses Van-Dúnem
- 93 António Domingos Pitra da Costa Neto
- 94 Julião Mateus Paulo
- 95 Joana Lina Ramos Baptista
- 96 Ana Afonso Dias Lourenço
- 97 Augusto Cachitipololo
- 98 Francisco de Castro Maria
- 99 Gustavo Dias Vaz da Conceição
- 100 Ruth Adriano Mendes
- 101 Ana Paula Inês Luís Ndala Fernando
- 102 Roberto António Víctor Francisco de Almeida
- 103 Maria de Assunção Vahekeny do Rosário
- 104 Fernando da Piedade Dias dos Santos

- 105 João Manuel Gonçalves Lourenço
- 106 Cândida Celeste da Silva
- 107 Alice Paulina Dombolo Chivaca
- 108 Kundi Paihama
- 109 Fernando Faustino Muteka
- 110 Manuel José Nunes Júnior
- 111 João de Almeida Azevedo Martins
- 112 Ana Paula Cristóvão de Lemos dos Santos
- 113 Anabela da Graça Alexandre Leitão
- 114 Francisco Magalhães Paiva
- 115 Armando da Cruz Neto
- 116 João Baptista Kussumua
- 117 Paulo Teixeira Jorge
- 118 Palmira Domingos Pascoal Bernardo
- 119 Marcelina Huna Alexandre
- 120 Carolina Cerqueira
- 121 Maria Madalena da Costa Narciso
- 122 João Bernardo de Miranda
- 123 Emília Carlota Sebastião Celestino Dias
- 124 Norberto Fernandes dos Santos
- 125 Francisco Higino Lopes Carneiro
- 126 Adélia Maria Pires da Conceição de Carvalho
- 127 Diógenes do Espírito Santo Oliveira
- 128 Serafina Miguel Emília Pinto
- 129 Virgílio Ferreira de Fontes Pereira
- 130 Paulo Pombolo
- 131 Carlos Alberto Ferreira Pinto
- 132 Teresa de Jesus Cohen dos Santos
- 133 Maria Ângela Teixeira de Alva Sequeira Bragança
- 134 Frederico Manuel dos Santos e Silva Cardoso
- 135 Bornito de Sousa Baltazar Diogo
- 136 Luís Reis Paulo Cuanga
- 137 Yaba Pedro Alberto
- 138 Guilhermina Fundanga Manuel
- 139 Afonso Domingos Pedro Van-Dúnem
- 140 António dos Santos França
- 141 Miguel Maria Nzau Puna
- 142 Feliciano Lizana Ozar
- 143 Maria Filomena de Fátima Lobão Telo Delgado
- 144 Irene Alexandra da Silva Neto
- 145 Francisco José Ramos da Cruz
- 146 Aníbal João da Silva Melo
- 147 João Manuel Pinto
- 148 Mawete João Baptista
- 149 João Ernesto dos Santos
- 150 Rosa Pedro Afonso Garcia
- 151 Carla Maria Leitão Ribeiro de Sousa
- 152 Anabela Manuel dos Santos Alberto
- 153 José Diogo Ventura
- 154 Sérgio Luther Rescova Joaquim
- 155 Ana Maravilha Borges Alé Fernandes
- 156 Isabel João Miguel Sebastião Peliganga
- 157 Lopo Fortunato Ferreira do Nascimento
- 158 Julião Francisco Teixeira
- 159 Raul Augusto Lima
- 160 Francisco Sozinho Chiuissa
- 161 Cândida Maria Guilherme Narciso
- 162 Fernando José de França Dias Van-Dúnem
- 163 Exalgina Reneé Vicente Olavo Gamboa
- 164 Simão Pinda
- 165 Manuel Pedro Pacavira
- 166 Salomão José Lutheto Xirimimbimbi

- 167 António Paulo Kassoma
- 168 Adriano Botelho de Vasconcelos
- 169 Francisca de Fátima do Espírito Santo Carvalho Almeida
- 170 Ana Maria da Silva Sousa e Silva
- 171 Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto
- 172 Ana Maria de Oliveira
- 173 Maria Idalina de Oliveira Valente
- 174 Alfredo Furtado de Azevedo Júnior
- 175 Emílio José Homem Gomes
- 176 Isaac Francisco Maria dos Anjos
- 177 Rui Luís Falcão Pinto de Andrade
- 178 Pedro Domingos Peterson
- 179 António Francisco Cortez
- 180 Carlos Magalhães
- 181 Guilhermina Contreiras da Costa Prata
- 182 Eufrazina Teresa da Costa Lopes Gomes Maiato
- 183 Aurora Junjo Cassule
- 184 Eulália Maria Alves Rocha Silva
- 185 Welwitchia José dos Santos
- 186 Genoveva da Conceição Lino
- 187 Amaro Cacoma da Silva
- 188 António Daniel Ventura de Azevedo
- 189 Tomás Simão da Silva
- 190 Mateus Isabel Júnior
- 191 João Luís Neto
- 192 Victória Manuel da Silva Izata
- 193 Adelino Marques de Almeida
- 194 Faustina Fernandes Inglêses de Almeida Alves
- 195 Victória Francisco Correia da Conceição
- 196 Beatriz Aurora Neves Salucombo
- 197 Maria Rosa de Lourdes

### UNITA

- 198 Isaías Henrique Gola Samakuva
- 199 Ernesto Joaquim Mulato
- 200 Abílio José Augusto Kamalata Numa
- 201 Miraldina Olga Marcos Jamba
- 202 Lukamba Paulo
- 203 Mártires Correia Victor
- 204 Silvestre Gabriel Samy
- 205 Clarisse Matilde Munga Kaputu
- 206 Regina Eduardo Txipoia
- 207 Demóstenes Amós Chilingutilla
- 208 Carlos de Oliveira Fontoura
- 209 Alda Juliana Paulo Sachiambo
- 210 José Manuel Chiwale
- 211 Almerindo Jaka Jamba

### PRS

- 212 Eduardo Kuangana
- 213 João Baptista Ngandagina
- 214 Luís Wachihassa Matajala
- 215 Sapalo António
- 216 Pedrito Cuchiri

### ND

- 217 Quintino António Moreira
- 218 Nzola P. Mamona

### FNLA

- 219 Ngola Kabangu
- 220 Nimi A Simbi

## Portugal Perdoa Dívida a Moçambique

No âmbito da iniciativa de alívio da pobreza aos países altamente endividados (HIPC) do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), Portugal concedeu, a 1 de Julho, o perdão total da dívida de Moçambique orçada em 393,4 MUSD. O acordo entre os dois países, fez parte de um conjunto de quatro acordos assinados durante a visita a Moçambique do Ministro das Finanças e da Administração Pública de Portugal, Fernando Teixeira dos Santos<sup>5</sup>.

O valor da dívida de Moçambique a Portugal foi apurado através de uma análise feita em 2005 no âmbito da iniciativa HIPC. Nessa altura, o total da dívida moçambicana foi avaliada em 6.2 mil milhões de USD, valor que desceu para 2 mil milhões de USD devido à assinatura de diversos acordos<sup>6</sup>. O Ministro das Finanças de Moçambique, Manuel Chang, afirmou que a dívida moçambicana aumentou, entretanto, para 3 mil milhões de USD, fruto de empréstimos entretanto contraídos. No entanto, Chang considerou que a actual dívida é sustentável, uma vez que, nos últimos anos, Moçambique logrou baixar o serviço da dívida de cerca de 100 MUSD para 50 MUSD anuais.

Para além do acordo de perdão da dívida, os dois países reforçaram os laços de cooperação através da assinatura de outros acordos. Um acordo técnico pretendeu reforçar a cooperação entre os Ministérios das Finanças dos dois países. Através deste acordo, Portugal disponibilizará apoio técnico na formação de quadros moçambicanos nas mais diversas áreas das finanças.

Também foi assinado um acordo destinado a criar uma linha de crédito no valor de 100 MUSD destinados a projectos de combate à pobreza. O crédito disponibilizado poderá ser utilizado, exclusivamente, para o pagamento de materiais, equipamento e serviços de origem portuguesa. A parte moçambicana compromete-se a co-financiar o custo de cada projecto no âmbito da linha de crédito, com uma cobertura mínima de 5%. Esta linha de crédito tem um prazo de utilização de 5 anos, embora possa a vir ser prorrogado através de mútuo acordo. Moçambique pretende utilizar, preferencialmente, esta linha de crédito em projectos nas áreas da agricultura, energia e obras públicas.

Também foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Ministério das Finanças e Administração Pública de Portugal e o Ministério da Energia de Moçambique relativo à implementação de um fundo português de apoio ao investimento em Moçambique no valor de 124 MUSD<sup>7</sup>. Através deste Memorando, Portugal disponibilizará recursos financeiros para a realização de projectos de investimentos em Moçambique, com a participação de empresas portuguesas, dando-se prioridade ao sector da energia, turismo e da indústria transformadora.



<sup>5</sup> Comunicado de Imprensa do Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças de Portugal a Moçambique, 1/07/2008.  
<http://www.min.finacas.pt/comunicados/2008/080701.pdf>

<sup>6</sup> Portugal Perdoou Totalidade da Dívida a Moçambique, in Notícias de Maputo, 2/07/2008.  
<http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/contentx/193904>

<sup>7</sup> Portugal Cancels Debt, in Mozambique News Agency, nº362, 10/07/2008.  
<http://www.poptel.org.uk/mozambique.news/newsletter/aim362.html#story5>



## A CPLP e a Língua Portuguesa

Decorreu a 25 de Julho em Lisboa a VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. A CPLP é uma organização que foi fundada a 17 de Julho de 1996, em Lisboa por sete estados, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal e São Tomé e Príncipe. A estes membros juntou-se Timor-Leste após a sua independência. A CPLP representa 239 milhões de pessoas repartidas por quatro continentes: Europa, América, África e Ásia.

Esta Conferência, que reúne de dois em dois anos, é o órgão máximo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A partir desta data, Portugal assumiu a Presidência da Organização, substituindo a Guiné-Bissau. Pela ordem natural, deveria ser Angola a assumir este cargo, porém, devido às eleições legislativas de Setembro, as autoridades angolanas solicitaram a Portugal que ocupasse o cargo.

A VII Conferência da CPLP começou ensombrada por alguns problemas. O primeiro teve a ver com a decisão de Angola não assumir a Presidência da Organização. Em segundo lugar, as ausências dos Presidentes Eduardo dos Santos de Angola e de Armando Guebuza de Moçambique, foram entendidas como mostras de falta de interesse no evento.

Apesar destes contratemplos, Portugal quis aproveitar a Conferência para assumir o compromisso de afirmação internacional da Língua Portuguesa. Embora este seja um objectivo à muito pretendida, Portugal pretende agora criar os mecanismos que o permitam alcançar. A aposta passa pela universalização do português, promovendo e fortalecendo o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).

A Conferência de Lisboa da CPLP decorreu sob o lema “Língua Portuguesa: Um Património Comum, Um Futuro Global”. Face aos objectivos propostos, ficou decidido reavaliar o funcionamento do IILP e prosseguir na elaboração do Plano Estratégico para a Gestão Internacional da Língua Portuguesa, com vista à sua apresentação na XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP que decorrerá em Julho de 2009 na Cidade da Praia<sup>8</sup>.

Até agora, o IILP, com sede na Cidade da Praia, e liderado pela linguista angolana Amélia Mingas, tem tido uma actuação muito discreta devido à falta de verbas. O problema do IILP é que, para além de ter um orçamento muito pequeno, apenas Angola, Brasil e Portugal pagam as respectivas quotas.

A aposta na Língua Portuguesa passa pela intenção de conseguir que os Organismos Internacionais onde estão presentes os membros da CPLP, adoptem o português como língua de trabalho. Embora em termos teóricos o português seja língua de trabalho de diversas organizações, em algumas, como é o caso da União Africana, a falta de tradutores credenciados e de recursos financeiros, tem inviabilizado a utilização do português.

Este objectivo da CPLP saiu reforçado com a ratificação por Portugal do Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico, o qual, apesar de algumas polémicas associadas, permitiu alcançar um consenso entre as principais potências lusófonas.

Por outro lado, a recente decisão do governo português em criar um Fundo da Língua Portuguesa no valor de 30 milhões de euros, permitiu que se encarassem os objectivos de promoção internacional do português com mais realismo.

São duas as áreas de acção que se pretendem apoiar através da criação deste Fundo da Língua Portuguesa<sup>9</sup>. A primeira área enquadra as actividades, projectos e programas nas vertentes da comunicação, da capacitação, da utilização das novas tecnologias da informação, da formação e do ensino do português. Neste capítulo são prioritários o apoio aos sistemas de ensino da língua portuguesa, através do envio de mais professores, em especial para os países de língua oficial portuguesa e, de igual modo, o apoio à formação de tradutores e intérpretes para as organizações internacionais que tenham a língua portuguesa como língua oficial de trabalho. A segunda área de investimento abrange o reforço da participação dos países de língua portuguesa em reuniões internacionais através do incremento do português como língua de trabalho e de negociação internacional.

Esta decisão das autoridades de Lisboa em reforçar a aposta na Língua Portuguesa, já tinha sido visível em Abril de 2008, durante o encontro dos Três Espaços Linguísticos, Português, Espanhol e Francês.

Os Três Espaços Linguísticos compreendem um extenso conjunto de povos, línguas e culturas que somam mais de 1.200 milhões de pessoas, e as suas organizações representam 80 Estados e governos presentes em todos os continentes. Estão representadas nestes encontros as

<sup>8</sup> Comunicado Final da VII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=316&Action=16&NewsId=2456&PID=304>

<sup>9</sup> **Comunicado do Conselho de Ministros de 16 de Julho de 2008.** [http://www.portugal.gov.pt/portal/pt/governos/governos\\_constitucionais/gc17/conselho\\_de\\_ministros/comunicados\\_e\\_conferencias\\_de\\_imprensa/20080716.htm](http://www.portugal.gov.pt/portal/pt/governos/governos_constitucionais/gc17/conselho_de_ministros/comunicados_e_conferencias_de_imprensa/20080716.htm)

seguintes organizações: a **Organisation Internationale de la Francophonie (OIF)**<sup>10</sup>; a **União Latina (UL)**<sup>11</sup>; a **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**<sup>12</sup> e a **Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI)**<sup>13</sup>.

Estes encontros iniciaram-se a iniciou-se a 20 de Março de 2001 com a organização, em Paris, por ocasião do Dia Internacional da Francofonia, do primeiro encontro dos Três Espaços Linguísticos.

Esta aposta portuguesa na língua foi igualmente acompanhada pelo Brasil. Nesse sentido, o Presidente Brasileiro, Lula da Silva, promoveu a criação no seu país da Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira, a qual ficará sediada na cidade de Redenção, no Ceará. O grande objectivo desta universidade será o da promoção de intercâmbios entre docentes e alunos do espaço lusófono<sup>14</sup>.

Para além da língua, a Cimeira de Lisboa da CPLP também se dedicou a outras questões. Face à escalada dos preços do petróleo durante o segundo trimestre de 2008, a questão energética foi alvo de amplo debate. Vários membros da CPLP são grandes produtores de petróleo, como é o caso de Angola, Brasil e Timor-Leste. Mas, para além destes, outros também o poderão ser em breve, como é o caso da Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Para além da questão petrolífera, também a utilização de outro tipo de energias, nomeadamente os biocombustíveis, foi debatido.

<sup>10</sup> A OIF tem 55 Membros (Bélgica, Benim, Bulgária, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Camboja, Canadá, Chade, Chipre, Comores, Costa do Marfim, Djibouti, Dominica, Egipto, Líbano, Madagáscar, Mali, Marrocos, Martinica, Mauritânia, Maurícias, Níger, Nova Brunswick, Ontário, Quebec, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Roménia, Ruanda, Saint Pierre et Miquelon, Santa Lúcia, São Tomé e Príncipe e Senegal) e 13 Membros Associados (Arménia, Áustria, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Geórgia, Hungria, Lituânia, Moçambique, Polónia, República Checa, Sérvia e Ucrânia).  
<http://www.francophonie.org/oif/membres.cfm>

<sup>11</sup> A União Latina tem os seguintes Membros: Andorra, Angola, Bolívia, Brasil, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Costa de Marfim, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, Filipinas, França, Guatemala, Guiné-Bissau, Haiti, Honduras, Itália, México, Mónaco, Moçambique, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, República Moldova, Roménia, São Marinho, São Tomé e Príncipe, Senegal, Timor-Leste, Uruguai, Venezuela. Tem ainda como Observadores Permanentes os seguintes países: Argentina, Ordem de Malta, Santa Sé.  
<http://www.unilat.org/SG/Organisation/Presentation/EtatsMembres/index.pt.asp>

<sup>12</sup> A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem os seguintes membros: Angola - Brasil Cabo Verde - Guiné-Bissau - Moçambique - Portugal - São Tomé e Príncipe - Timor-Leste.  
[www.cplp.org](http://www.cplp.org)

<sup>13</sup> A Organização dos Estados Ibero-Americanos tem como membros os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, Uruguai e Venezuela.  
<http://www.oei.es/acercaoei.htm>

<sup>14</sup> **Lula Propõe Universidade Luso-Afro-Brasileira no Ceará, 24/07/2008.**  
<http://noticias.bol.uol.com.br/educacao/2008/07/24/ult105u6760.jhtm>

Outro assunto que prendeu a atenção da Cimeira, teve a ver com a adesão de novos membros. A Guiné Equatorial já detém o estatuto de Observador, tendo pedido a adesão plena à Organização, Se, por um lado, as condições impostas para adesão de novos membros, nomeadamente a adopção do português como língua oficial, foram aceites pela Guiné Equatorial, a natureza do regime de Malabo causa algum embaraço. O regime do Presidente Teodoro Obiang Nguema, o qual usufrui de importantes rendimentos provenientes da exploração petrolífera, é acusado de graves violações aos direitos humanos e de não permitir qualquer tipo de oposição.

Para além da Guiné Equatorial, vários outros países não lusófonos mostram interesse em associarem-se à CPLP. As Ilhas Maurícias, descobertas pelos portugueses, solicitaram o estatuto de Observador Associado.

Marrocos entregou o pedido oficial para também ser admitido como Observador Associado. O pedido marroquino é mais sensível devido a alguma tensão diplomática que este país mantém com Angola, o qual advém dos tempos em que Rabat apoiava a UNITA, razão pela qual o pedido poderá ficar paralisado. Marrocos advogou a favor do seu pedido os laços históricos e económicos com Portugal, e as boas relações com Cabo Verde e Guiné-Bissau, sendo de recordar que o antigo Presidente guineense, Koumba Ialá viveu recentemente vários anos neste país.

Finalmente, também o Senegal solicitou a atribuição do estatuto de Observador. Para além destes pedidos oficiais, outros países, como a Ucrânia, Croácia e o Uruguai, manifestaram interesse em reforçar as suas ligações à CPLP.

Para além destes países, a Galiza e Macau, manifestaram o desejo de se associarem à CPLP, mas esta aproximação deverão ser sancionada pelos respectivos países, Espanha e China.

A Cimeira de Lisboa também serviu para a passagem de testemunho entre o diplomata cabo-verdiano Luís Fonseca e o guineense Domingos Simões Pereira no cargo de Secretário Executivo da CPLP.

Subordinada ao tema da Água e Saneamento Básico, realizou-se em



## A União Africana e a Crise no Zimbábwe

Junho a XI Cimeira da União Africana (UA) que teve lugar em Sharm-el-Sheik, no Egipto. Tendo em atenção as metas propostas no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em matéria de água e saneamento básico, e os relatórios de progresso apresentados, a Cimeira concluiu que a maioria dos países africanos não alcançará os objectivos propostos. De acordo com Rhoda Tumisise, Comissária da UA responsável pelo pelouro da Economia Rural e Agricultura, apenas 41% da população africana terá acesso ao saneamento e 68% a água potável até 2015, data limite para o cumprimento dos ODM.

Porém, apesar desta Cimeira ser dedicada à Água e Saneamento, outras questões acabaram por concentrar a atenção dos estados africanos. A principal questão foi a crise no Zimbábwe, cuja segunda volta das eleições presidenciais, à qual só concorreu Robert Mugabe, realizou-se a 27 de Junho, três dias antes da realização da Cimeira de Sharm-el-Sheik. O processo eleitoral zimbabweano foi manchado por graves irregularidades e pela violência contra os membros do principal partido da oposição, o Movement for a Democratic Change (MDC). Perante este cenário, o candidato presidencial da oposição, Morgan Tsvangirai embora tenha vencido a primeira volta das eleições presidenciais, no entanto sem maioria absoluta, acabou por desistir de participar na segunda volta. Sem oposição, Mugabe venceu a segunda volta com mais de 90% dos votos, embora a taxa de abstenção tenha sido superior a 50%.

Durante a Cimeira da UA esperava-se que fosse assumida uma posição de força contra Mugabe. Este desejo da Comunidade Internacional, nomeadamente da União Europeia e dos EUA, surgiu no momento em que a UA era criticada pela sua ineficácia, fruto da incapacidade de resolver conflitos com o do Darfur. A UA acabou por adoptar uma posição dúbia em relação á crise no Zimbábwe. Apesar de alguns países africanos, como o Quênia e o Botswana, defenderem uma posição crítica em relação a Mugabe, a UA acabou por optar por um comunicado final apelando às negociações entre as partes no Zimbábwe, nada dizendo em relação à violência no país.

Este comportamento da UA é explicada não só pelos aliados que Mugabe dispõe entre os países africanos, mas também porque diversos líderes africanos temem que o caso do líder zimbabweano crie escola e os possa atingir.

As excepções à ausência de críticas a Mugabe, surgiram da parte da

Zâmbia, Botswana e do Quênia. No caso zambiano, o Presidente Levy Mwanawasa só não foi mais crítico a Mugabe porque no início da Cimeira da UA sofreu um ataque de coração e foi enviado de urgência para Paris onde acabaria por falecer. Especialmente duras foram as palavras do Primeiro-Ministro queniano, Raila Odinga, o qual pôs em causa da legitimidade de Mugabe para estar na Cimeira como legítimo representante do povo zimbabweano. As críticas quenianas foram, mais tarde, apoiadas pelo Botswana e Libéria.

Para além da questão zimbabweana outras questões foram alvo de atenção durante a Cimeira de Sharm-el-Sheik. Um delas teve a ver com a criação do Governo Continental, questão debatida ao longo das últimas Cimeiras da UA. Durante esta cimeira, os estados africanos mandataram o Presidente da Comissão Africana, Jean Ping, para que elabore um roteiro e enuncie os mecanismos necessários para a criação de um Governo Continental. Apesar de ter ficado decidido que o relatório será apresentado na Cimeira da UA de Janeiro de 2009, a realizar em Addis Abeba, vários foram os países africanos que decidiram já avançar para a criação do governo continental.

Com o intuito de concretizar tal desejo, a Líbia liderou um conjunto de países dispostos a adoptarem medidas concretas<sup>15</sup>.

Uma outra questão abordada foi a situação financeira da Organização. A UA continua a ter gastos superiores às suas receitas. Parte do problema deriva da falta de pagamento das quotas por parte dos estados membros. Na lista de devedores estão, entre outros, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Eritreia e a República Democrática do Congo. A novidade ao nível dos países lusófonos foi a Guiné-Bissau que saldou a sua dívida, recuperando assim o direito de voto<sup>16</sup>. No caso de Cabo Verde, e pese embora tenha pago parte da dívida, permanece na lista de devedores, o que lhe limita os direitos de Estado Membro, ou seja, não pode falar durante as Cimeiras, votar ou usar o direito de veto.

<sup>15</sup> Para além da Líbia, fazem parte deste grupo o Egipto, o Senegal, Sudão, Gabão, Mali, Gâmbia, Guiné-Bissau, Libéria, Níger, Benim, Togo, Chade, República Centro-Africana, ilhas Comores, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial e Guiné Conacry. Presidente Senegalês Anuncia Criação de Governo Africano em Janeiro, in Pan-African News Agency, 2/07/2008.

<sup>16</sup> <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por015455&dte=02/07/2008>  
Cabo Verde e São Tomé e Príncipe Mantidos na Lista de Países sob Sanções, in Jornal. St, 30/06/2008.  
<http://www.jornal.st/noticias.php?noticia=3581>





## O Conflito no Delta do Níger

Esta crise financeira da UA vem juntar-se à ausência de resultados da organização, o que revela a existência de um conjunto de problemas estruturais que limitam a sua actuação. No início de 2008, um conjunto de personalidades africanas entregou um relatório, encomendado pela própria UA, sobre a realidade da organização. Neste relatório são apresentados uma série de problemas estruturais e financeiros que impedem a UA de alcançar os objectivos propostos na altura da sua criação.

O relatório é bastante crítico em relação ao actual estado da UA, dando vários exemplos da sua incapacidade em atingir as metas propostas, fruto da falta de pessoal qualificado, falta de recursos financeiros e má gestão. O relatório também alerta para o claro divórcio entre as Cimeiras de Chefes de Estado, que deveriam ser apenas uma e não duas por ano, e as realidades africanas. Exemplo desse divórcio, é o distanciamento entre as medidas adoptadas nas Cimeiras e a sua real aplicabilidade.

As grandes questões que deveriam concentrar a atenção da UA, a integração regional, o governo continental, estão mais dependentes das agendas particulares de determinados Chefes de Estado, do que propriamente de acções concretas e coerentes da UA. Aliás, um dos problemas da UA é a sua extrema vulnerabilidade às interferências de alguns países africanos, capazes de a influenciar desde as questões mais importantes às questões de pormenor como a selecção de pessoal intermédio.



Entre os vários problemas que o actual governo nigeriano enfrenta, destaca-se, pela sua gravidade, o conflito na região do Delta do Níger. Composta por nove estados<sup>17</sup>, esta região é a grande produtora de petróleo do país. A Nigéria é um dos grandes produtores mundiais de petróleo, e, durante muito tempo, o principal produtor africano. O facto do conflito no Delta do Níger ter diminuído a produção nigeriana, e o aumento da produção angolana, fez com que Angola assumisse, com uma produção diária a rondar os 2 milhões de barris, a liderança em termos africanos.

A produção petrolífera é essencial para a economia nigeriana, representando 95% das suas exportações e 80% do PIB.

A má gestão dos recursos petrolíferos por parte das autoridades nigerianas está na base do actual conflito no Delta do Níger. As zonas produtoras de petróleo são as que têm o mais baixo nível de vida do país. Por outro lado, a exploração petrolífera está a ser feita à custa de graves danos ao meio ambiente. A má manutenção dos equipamentos tem provocado graves acidentes com várias dezenas de mortos. Todas as queixas das populações têm sido, ao longo dos anos, ignoradas.

Toda esta situação favoreceu o aparecimento de uma revolta militar, caracterizada por um misto de banditismo e movimento de libertação nacional, que pretende uma divisão mais equitativa dos lucros do petróleo. A revolta armada seguiu-se a uma época de contestação não violenta, em que a figura mais conhecida foi o escritor Ken-Saro Wiwa. Porém, a moderação de Wiwa foi duramente reprimida pelo regime do General Sani Abacha que o condenou à morte, em 1995, por desafiar as autoridades.

A oposição ao regime central é, hoje em dia, feita por movimentos armados e movimentos não armados. No primeiro caso destacam-se os seguintes:

- Movement for the Emancipation of the Níger Delta, (MEND), liderado por Henry Okah;

<sup>17</sup> Abia, Akwa, Ibom, Bayelsa, Cross River, Delta Edo, Iwo, Ondo, Rivers.



- Joint Task Force on the Níger delta (JTF), liderado por Wuyep Rintip;
- Níger Delta People's Volunteer Force (NDPVF), liderado por Mujahid Dokubo Asari;
- Níger Delta Vigilante, liderado por Ateke Tom.

No campo dos movimentos não armados, destacam-se:

- Federated Níger Delta Ijaw Communities, liderado por Oboko Bello;
- Ijaw Youth Council, liderado por Chris Ekiyor;
- Movement for the Survival of the Ogoni People;
- Níger Delta Peace Movement, liderado por Abiakpo Tubolayefa.

Na actualidade, as acções dos grupos armados visam essencialmente dois objectivos, Por um lado, pôr em causa a produção, atacando as instalações petrolíferas, e, por outro, financiarem-se através dos resgates obtidos com o rapto de trabalhadores estrangeiros a operarem na zona. Os movimentos armados têm ganho maior notoriedade precisamente devido ao rapto de estrangeiros.

Após a sua eleição, em Maio de 2007, o Presidente nigeriano, Umaru Yar'Adua, e o seu Vice-Presidente, Goodluck Jonathan, apontaram a resolução do conflito do Delta do Níger, como uma das suas principais prioridades. Durante vários meses, as iniciativas do governo federal foram bem recebidas pelos diversos grupos, armados e não armados, do Delta do Níger.

As negociações conheceram um sério revés, Setembro de 2007, quando o líder do MEND, Henry Okah, foi preso em Angola e extraditado para a Nigéria. Este incidente provocou um recrudescimento da violência na região do Delta do Níger. A situação agravou-se com a divulgação de que diversos políticos nigerianos de topo tinham interesses no conflito. Paralelamente, também foi conhecido o facto de algumas

multinacionais estarem a pagar a chamada taxa de não ingerência aos movimentos armados, ou seja, o pagamento de determinadas quantias para não serem atacadas, o que reforçava os meios financeiros dos movimentos rebeldes.

Qualquer solução para a actual crise na zona passa pela existência de algumas pré-condições. Por um lado é necessário que a panóplia de movimentos armados encontrem um interlocutor comum, ao mesmo tempo quem se distinguem entre os movimentos com preocupações sociais e aqueles que são meros grupos de bandidos.

Por outro lado, o Governo Central tem que partir para um processo negocial disposto a ceder parte dos lucros da exploração petrolífera.

Para a necessária aproximação entre as partes é necessário encontrar-se um mediador credível. Uma das hipóteses que surgiu foi a da figura do antigo presidente norte-americano, Jimmy Carter, o qual se disponibilizou, através do Centro Carter a servir de mediador. Esta oferta foi, no entanto, recusada pelas partes<sup>18</sup>.

Esta questão da escolha do mediador tem-se revelado crucial para desbloquear a actual crise e iniciar um processo negocial. O governo federal sugeriu o Professor Ibrahim Gambari, antigo Secretário-geral Adjunto da ONU para os Assuntos Políticos durante os mandatos de Kofi Annan. Apesar da capacidade negocial de Gambari, o seu nome não foi aceite pelos movimentos do Delta do Níger. A principal razão foi o silêncio de Gambari quando Ken Saro Wiwa foi morto<sup>19</sup>. Face a esta recusa, o governo nigeriano delegou no seu Vice-Presidente, Goodluck Jonathan, a tarefa de, juntamente com os movimentos rebeldes, encontrar um nome consensual<sup>20</sup>.

<sup>26</sup> Economia Cresceu, mas Persistam Problemas, in Mediafax, 5/05/2008. [http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2008/05/economia-cresce.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/05/economia-cresce.html)

<sup>27</sup> Licença para Matar. Responsabilização da Polícia em Moçambique, Amnistia Internacional, 29/04/2008. <http://www.amnesty.org/en/library/asset/AFR41/001/2008/pt/471664b6-15d5-11dd-8586-f5a00c540031/afr410012008por.pdf>

<sup>18</sup> Ex-Presidente Americano Oferece Mediação no Delta do Níger, Pan-African News Agency, 7/05/2008. <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por013744&dte=07/05/2008>

<sup>19</sup> Níger Delta Peace Talks Meet Dead End, in Afro News, 2/07/2008. <http://www.afrol.com/articles/29662>

<sup>20</sup> Nigeria: VP, Níger Delta Gobs Meet On Gambari's Replacement, in Daily Champion (Lagos), 11/07/2008. <http://allafrica.com/stories/200807110478.html>

## O Regresso de Koumba Yalá

O antigo Presidente da Guiné-Bissau, Koumba Yalá regressou ao seu país após o exílio de vários anos em Marrocos. Yalá pretende, com o seu regresso, ajudar o seu partido, o Partido Renovador Social (PRS) a vencer as eleições legislativas de 16 de Novembro.

Yalá começou a destacar-se na vida política da Guiné-Bissau quando se candidatou, em 1994, às primeiras eleições presidenciais contra Nino Viera. Apesar da sua derrota, granjeou importantes apoios no seio da sociedade civil guineense. Em Novembro de 1999, e depois da Guerra Civil que levou à destituição do Presidente Nino Viera, Koumba Yalá voltou a candidatar-se às eleições Presidenciais, tendo derrotado, na segunda volta, o candidato do PAIGC, Malan Bacai Sanha.

A presidência de Koumba Yalá foi caracterizada por profundas instabilidades políticas, militares e sociais. Este ambiente foi o responsável pela degradação das condições de vida da população e por duras críticas dos organismos internacionais, nomeadamente do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Os desentendimentos com os militares provocariam a sua queda, através de um golpe de estado em Setembro de 2003. Apesar de ter sido banido da política por um período de cinco anos, acabou por se candidatar às eleições presidenciais de 2005. Derrotado logo na primeira volta, acabou por apoiar Nino Viera na segunda volta contra Malan Bacai Sanha.



A 18 de Julho, e poucos dias após ter regressado ao país, Koumba Yalá converteu-se ao islamismo numa cerimónia pública que decorreu na cidade de Gabú e presenciada por milhares de pessoas. Após está conversão, adoptou o nome de Mohamed Yalá Embalo, com o qual se inscreveu nas listas eleitorais.

Esta decisão implica que Yalá pretende juntar à sua tradicional base de apoio, os balantas que são maioritariamente animistas, à larga maioria islâmica do país. Com está decisão, Yalá pretenderá cativar o apoio dos Fulas, grupo étnico muçulmano e que representa 26% da população do país. Por outro lado, esta aproximação ao mundo islâmico será, sem dúvida, do agrado dos principais apoios internacionais de Yalá, nomeadamente Marrocos e a Líbia.

Mais do que uma medida precipitada, esta conversão deve ser entendida, segundo Fafaly Kudao, investigador sénior no Instituto Nacional de Pesquisa (INEP) de Bissau, um processo que já se tinha iniciado durante a sua Presidência. Segundo, Kudao, Koumba Yalá foi o primeiro Presidente da Guiné-Bissau a custear na totalidade a peregrinação a Meca para mais de 1.500 muçulmanos do país<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> Guiné-Bissau: Conversão de Koumba Yalá ao Islamismo traz Ganhos Políticos, in Angola Press, 16/07/2008. <http://www.angolapress-angop.ao/noticia.asp?ID=634586>



## Cabo Verde Adere à Organização Mundial do Comércio

Após um processo que se iniciou há nove anos, Cabo Verde aderiu em Julho à Organização Mundial do Comércio (OMC), transformando-se no 153º membro desta Organização. O processo negocial iniciou-se em 1999, após o pedido formal de adesão, tendo sido criado um grupo de trabalho para acompanhar as negociações com a OMC.

O processo ficou concluído em Dezembro de 2007, quando o Conselho Geral da OMC aprovou a entrada de Cabo Verde, tendo dado até finais de Junho para que as autoridades cabo-verdianas ratificassem os termos do Acordo<sup>22</sup>. Com vista a cumprir os prazos estipulados, o governo cabo-verdiano entregou o Protocolo de Adesão de Cabo Verde à OMC, o que o transformou em membro de pleno direito da Organização<sup>23</sup>.

Cabo Verde foi o primeiro país africano a aderir à OMC através de negociações directas, os restantes membros africanos que fazem parte da OMC aderiram através da subscrição do Acordo de Marraquexe. Esta adesão surge num altura em que Cabo Verde deixou de ser, desde Janeiro de 2008, considerado um País Menos Avançado (PMA), passando a integrar o grupo de países com rendimento médio.

Se, por um lado, esta adesão é sinónimo de fortalecimento do país, não deixa de levantar alguns desafios importantes. O país tem até 2018 para adequar as suas normas às da OMC, sendo que as mais urgentes dizem respeito às medidas sanitárias e fitossanitárias, ao código aduaneiro e à Lei dos Direitos do Autor.

Com a entrada na OMC, Cabo Verde perderá algumas receitas fiscais provenientes das alfândegas. Esta situação poderá ter um impacto negativo, uma vez que cerca de 40% das receitas fiscais do país provinham das alfândegas. O governo da Praia afirmou estar preparado para esta redução, uma vez que já foi iniciado um processo de liberalização do comércio tendente a minorar estes efeitos. Por outro lado, o governo está convencido que a entrada na OMC favorecerá a credibilidade internacional do país permitindo um aumento dos investimentos externos.



<sup>22</sup> Cape Verde Becomes the WTO's 153rd Member, in WTO News, 23/07/2008.  
[http://www.wto.org/english/news\\_e/news08\\_e/acc\\_capverde\\_july08\\_e.htm](http://www.wto.org/english/news_e/news08_e/acc_capverde_july08_e.htm)

<sup>23</sup> Cabo Verde é Membro de Pleno Direito da OMC a partir de Hoje, in Semana Online, 23/07/2008.  
[http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=34371](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=34371)



### OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

### FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves  
191 - 4150 - 706 Porto  
Tel.: 22 532 03 10 - Fax: 22 532 03 11  
E-mail: [jmiranda@fpa.net4b.pt](mailto:jmiranda@fpa.net4b.pt)

### Ficha Técnica

**Responsável pela edição**  
J. A. Azeredo Lopes  
Luís Castelo Branco

### Tiragem

500 exemplares

**Impressão**  
Gutengráfica

Depósito Legal: 223325/05